



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

CISLANY NOBRES DE ALMEIDA FERRÉ

**A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
TOCANTINÓPOLIS/TO: DETALHES DE UMA PESQUISA.**

TOCANTINÓPOLIS - TO

2019

CISLANY NOBRES DE ALMEIDA FERRÉ

**A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
TOCANTINÓPOLIS/TO: DETALHES DE UMA PESQUISA.**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis para obtenção do título de Pedagogia, sob orientação do Professor Dr. Joedson Brito dos Santos.

TOCANTINÓPOLIS - TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N754a Nobres de Almeida Ferré, Cislany.
A avaliação na educação infantil do município de Tocantinópolis/TO:
Detalhes de uma pesquisa . / Cislany Nobres de Almeida Ferré. –
Tocantinópolis, TO, 2019.
57 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2019.
Orientador: Joedson Brito dos Santos

1. Avaliação. 2. Educação infantil. 3. Prática pedagógica. 4. Educação. I.
Título

CDD 370

~~TODOS OS DIREITOS RESERVADOS~~ — A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A
violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

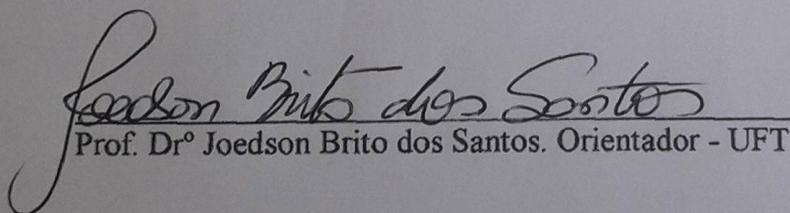
CISLANY NOBRES DE ALMEIDA FERRÉ

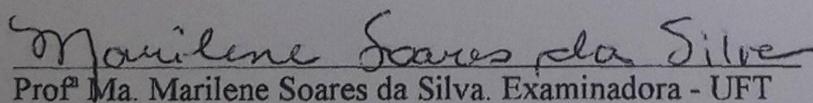
**A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE
TOCANTINÓPOLIS/TO: DETALHES DE UMA PESQUISA.**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia
para a obtenção do título de Pedagoga e aprovada em
forma final pelo Orientador Professor Dr. Joedson Brito
dos Santos e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 13 / 12 / 2019

Banca Examinadora:


Prof. Drº Joedson Brito dos Santos. Orientador - UFT


Profª Ma. Marilene Soares da Silva. Examinadora - UFT

Dedico este trabalho a todos os profissionais da educação infantil que buscam realizar em sua prática uma avaliação baseada na concepção da criança enquanto ser ativo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que com a sua infinita graça me proporcionou a capacidade de realizar meus estudos e construir este trabalho.

Um enorme agradecimento a minha mãe por estar sempre ao meu lado me apoiando nas decisões que faço.

Um agradecimento especial, a minha filha Sarah Nobres, pela paciência e atenção dada a mim nessa jornada. Ao meu esposo Robson Gonçalves, este, por sua vez, me conheceu bem no começo da minha vida acadêmica e se fez presente em todo o meu percurso de aprendizado. A todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, em especial ao meu orientador, professor Dr. Joedson Brito dos Santos pela orientação, atenção, paciência e principalmente, pela confiança depositada em meu trabalho.

As amigadas que construí e que irão permanecer em minha vida Rayllane, Francisca Keila, Camilla Araújo, Polliana, Josycleia Almeida, Ingrid Laenna entre outras que estarão sempre em meu coração.

Aos funcionários da UFT por todos os favores prestados, que direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, em especial, ao Secretário Marcélio que sempre esteve disposto a tirar minhas dúvidas, aos bibliotecários, por sempre me ajudar quando eu precisei de um livro acadêmico, ao Flávio Divino da xerox, pois sempre se manteve disposto a imprimir o que eu precisava.

Jamais esquecerei a Instituição Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Tocantinópolis/TO que me ofereceu essa Licenciatura Plena em Pedagogia, contribuindo muito para o meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o processo avaliativo na educação infantil e tem como objetivo central compreender os limites e possibilidades da avaliação na educação infantil e os desafios na prática docente de pedagogos que atuam nessa etapa da Educação do município de Tocantinópolis- TO. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos uma abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica e de campo, como técnica de coleta de dados a análise documental foi realizada por intermédio da ficha de avaliação¹ utilizada pelas professoras, e fizemos um questionário com formulário estruturado de entrevista² com professoras. Para campo de pesquisa escolhemos duas instituições pública de educação infantil: uma creche e uma pré-escola. Fundamentaram a pesquisa autores como Luckesi (2005), Hoffmann (2000), Vasconcellos (2005), Weisz (2006), Santos (2015), também documentos legais como Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 1998/2009 e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Espera-se que o trabalho possa contribuir no sentido de compreender a melhor concepção e processo de avaliar na educação infantil, que os profissionais que atuam nessa etapa da Educação, tenham mais saberes na prática da avaliação no Município de Tocantinópolis/TO, aproximando assim, cada vez mais, do que está posta na Literatura sobre tipos e instrumentos de avaliar a criança pequena, como também, seus desafios, limites e possibilidades.

Palavras-Chave: Avaliação. Educação Infantil. Prática Pedagógica.

¹ Ver anexo no apêndice.

² Ver anexo no apêndice.

ABSTRACT

The present work has the objective of studying the evaluative process in early childhood education and its main objective is to understand the limits and possibilities of evaluation in the early childhood education between the pedagogical and legal presuppositions and the challenges in the teaching practice of pedagogues that work in the infantile education of the municipality of Tocantinópolis - TO. For the development of the research we will use a qualitative approach with bibliographical field research, we will use as data collection technique the documentary analysis of the accompanying notebooks and the evaluation form used by the teachers, and we will make an interview with teachers. For the field of research we will choose a class of day care and another one of preschool. The authors of this paper are based on the literature on the Brazilian Constitution of 1988, the Law on Guidelines and Bases of Law, National Education Guidelines, the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education of 1998/2009 and the National Curriculum Framework for Early Childhood Education. It is hoped that the work can contribute to the understanding of the best conception and process of evaluating children's education, as well as their challenges, limits and possibilities.

Keywords: Evaluation. Children education. Practice Pedagogical.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1- Perfil das Professoras da Creche	32
Quadro 2- Perfil das Professoras do Pré-Escolar.....	33
Quadro 3- Respostas das Professoras na Terceira Questão (Creche e Pré-Escolar).....	39

"Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar"

Paulo Freire

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 COMPREENDENDO O CONCEITO DE INFÂNCIA PARA PENSAR SOBRE A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA	14
2.1 Compreensão de Infância no Brasil.....	18
2.2 Legislação: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e as Diretrizes Curricular Nacional para a Educação Infantil (DCNEI)	21
3 AVALIAÇÃO: CONCEITO, CONTEXTO, TIPOS E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	22
3.1 Um breve contexto sobre Avaliação.....	22
3.2 Conceito de Avaliação no Âmbito Educacional.....	24
3.3 Tipos de Avaliação.....	24
3.4 Avaliação na Educação Infantil	27
4 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS/TO: DETALHES DE UMA PESQUISA	29
4.1 Aspectos metodológicos	29
4.2 O lócus da Pesquisa	30
4.2.1 <i>A Creche Formiguinha Encantada</i>	31
4.2.2 <i>A Pré-escola Dona Florinda</i>	31
4.3 Os desafios docentes da avaliação na educação infantil a partir da percepção de professoras: o que dizem, pensam e como realizam esse processo?	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE.....	51

1 INTRODUÇÃO

Compreendemos, que a avaliação é uma atividade sempre presente na vida dos seres humanos. Segundo Santos (2015) avaliamos tudo o que fazemos e tudo que acontece para tomarmos decisões futuras. A atividade avaliativa, pressupõe julgamento e valorização de uma dada realidade, a elaboração de um diagnóstico para uma tomada de decisão. Este processo requer, necessariamente, escolhas de alternativas; conhecimentos das nuances e especificidades da realidade avaliada; requer a existência de comparações e, portanto, também um estabelecimento de critérios.

No contexto educacional a avaliação das práticas educativas é um elemento fundamental para o processo de ensino e aprendizagem. Trata-se não só de uma atividade, mas de um processo complexo que precisa ser compreendido tanto considerando seus aspectos contextuais, históricos e legais quanto nos aspectos pedagógicos.

De acordo com artigo 31 da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei 9.394/96), avaliações com o objetivo de comparar crianças, de “aprovar” e “reprovar”, de verificar condições de prosseguimento, são ineficazes. Logo, é preciso que os profissionais da educação tenham clareza sobre as avaliações utilizadas durante os processos formativos. Nesse processo, desde o início desse estudo já começamos a nos perguntar como tem sido compreendido e realizado os processos de avaliação na educação básica no Brasil atual. Contudo, nossa maior indagação está em compreender os processos da avaliação na educação infantil. Pois isso, logo, questionamos: Como as professoras da educação infantil avaliam os processos educativos?

O interesse por esse tema surgiu, após atuar na área, durante dois anos, como professora na educação infantil em instituições particulares na cidade de Tocantinópolis/TO, quando ainda construía meu processo formativo. Ao depararmos com as fichas e os relatórios avaliativos, e em paralelo, com as demandas das instituições, obtivemos bastante dificuldades. Pois embora tenhamos desenvolvido atividades de observações e registros relacionados com o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, não os percebemos como componentes do processo avaliativo. O desejo de saber mais sobre a temática se aprofundou durante meus estudos no curso de Pedagogia.

Desse modo, no conjunto desse e no contexto deste TCC, buscamos estabelecer uma compreensão sobre o processo de avaliação na educação infantil a partir da perspectiva dos pedagogos que atuam na educação infantil do município de Tocantinópolis/TO. A fonte de

informação que nos sustentam, encontra lugar na literatura especializada e no contexto da vivência de profissionais de educação do município de Tocantinópolis. Por isso, para a realização deste estudo, buscamos a compreensão dos aspectos teóricos, históricos, legislativos e teóricos que norteiam a avaliação na educação infantil e fizemos um levantamento de dados por meio de uma pesquisa empírica com professoras de uma creche e de uma pré-escola da rede pública municipal de Tocantinópolis/TO. de questionário estruturado de entrevista aplicados à docentes que atuam na educação infantil, discorrer sobre a seguinte problemática:

Como tem acontecido o processo de avaliação educacional realizado por professoras na educação infantil do município de Tocantinópolis/TO?. De forma que nos permita pensar sobre os desafios, limites e possibilidades para avaliação na educação infantil de escolas do referido município. Logo, estabelecemos o seguinte objetivo geral desta pesquisa: Investigar como tem acontecido o processo de avaliação na educação infantil no município de Tocantinópolis/TO;

O que exigirá alcançar os seguintes objetivos específicos: apontar como a literatura e a legislação educacional aborda a avaliação para a criança pequena; verificar como as professoras que atuam na educação infantil estão realizando os processos de avaliação; e, descrever os limites e desafios apontados pelas professoras no processo de avaliar a criança pequena.

O presente TCC está estruturado em cinco momentos, considerando já essa breve introdução. O segundo momento do texto trabalhamos a importância de compreender o conceito de infância para pensar sobre a avaliação na educação da criança pequena. No terceiro discutimos sobre a Avaliação Educacional: conceitos, contexto, tipos e avaliação na educação infantil. No quarto momento tratamos da Avaliação na educação infantil do município de Tocantinópolis/To trazendo alguns detalhes da pesquisa, da análise dos dados e os resultados. Por apresentamos breves considerações finais.

Desta forma, compreendemos ser de suma importância estudar e entender a relevância da avaliação educacional nessa etapa da infância, pensar sobre os fundamentos teóricos e metodológicos, os instrumentos legislativos e pedagógicos de como avaliar na educação infantil e saber qual o lugar da avaliação no desenvolvimento integral da criança pequena.

2 COMPREENDENDO O CONCEITO DE INFÂNCIA PARA PENSAR SOBRE A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA PEQUENA.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil volume 1(RCNEI) (BRASIL, 1998) e as Diretrizes Curricular Nacional para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 1999;2009), a criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico pois faz parte de uma organização familiar e está inserida em uma dada sociedade e numa determinada cultura, em um determinado momento histórico, profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental.

De acordo como o RCNEI o conceito de infância é historicamente construído, e criança passa a ser um sujeito histórico. Sujeito porque é um alguém que pensa, sente, e que altera o ambiente, assim sendo, o que vemos hoje, são crianças que dominam os pais, desta forma, ela domina o ambiente, ela chora para mamar, controla e entende esse ambiente, com uma linguagem ainda limitada, mas entende desde seio materno.

Esse conceito acima, é um conceito que avança na história, com isso, entendemos que a criança passa a ser sujeito, sujeito histórico. Histórico porque ela faz a história, tem uma narrativa, tem um processo, contudo, se você pegar um desenho de uma criança e perguntar o que ela está fazendo, com certeza ela vai dizer que fez um monte de coisas, isso é devido as suas vivências que traduzem a tal ponto de construir a história. E a criança é um sujeito de direitos, de modo igual o ser humano tem direitos a existência, a alimentação, proteção, segurança, enfim, direitos sociais que diz respeito a todo mundo.

Contudo, será que sempre foi assim? Essa concepção da criança já como um sujeito histórico apresentado no RCNEI e nas DCNEI é uma concepção avançada. Pois, acreditou-se por um longo período de tempo, que a criança não pensava, não tinha vontades, era um objeto no sentido de que ela não apresentava ação sobre si, sobre as coisas, historicamente, a criança era um ser sem vontade própria, e suas vontades eram sempre consideradas negativas. Segundo Airès (1981), a civilização medieval, por exemplo, não percebia um período transitório entre a infância e a idade adulta. Seu ponto de partida, então, era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala.

De acordo com Airès (1981), na sociedade medieval não havia noção de educação para com a criança pequena, o mundo medieval ignorava a infância e não tinham qualquer consciência da particularidade infantil. Esse autor nos apresenta que é na modernidade que nasce o sentimento, mesmo que a autores controversas a essa tese de Airès.

Sobre isso Santos (2015, p .84) escreveu que para Airès,

O início da descoberta da infância se dá com a construção dos sentimentos de exasperação e paparicação relativos à criança, e foi necessária uma diferenciação inicial que de modo observável identificasse uma distinção entre o adulto e o infante. Essa distinção se deu por meio do traje. “[...] A adoção de um traje peculiar à infância, que se tornou geral nas classes altas a partir do século XVI, marca uma data muito importante na formação do sentimento da infância [...]” (ARIÈS, 1981, p.38). Esse processo se deu primeiramente para as crianças nobres e só depois, aos poucos, para as das camadas mais pobres. (SANTOS, 2015, p .84).

Santo destacou que,

Atenção, cuidado, proteção e atendimento educacional para as crianças com menos de 7 anos de idade: esses aspectos ganharam novos significados no contexto da modernidade. Esse cenário de grandes transformações econômicas, políticas e sociais teve impacto direto, na estrutura social, familiar e na concepção de homem, por conseguinte na compreensão da criança e de infância. A passagem de uma estrutura social agrária para a industrial, de um modelo de sociedade do campo para a cidade, de uma família extensa para a nucleada, vai impactar não só a estrutura das sociedades como também as condições sociais das famílias, sobretudo, as das camadas populares. Além desses aspectos e, em consequência deles, ocorreu uma elevação da pobreza, da miséria e da taxa mortalidade infantil. (SANTOS, 2015, p .84)

Neste trabalho a criança é compreendida como ser social, que pensa, desenvolve e que precisa de um processo interativo e educativo.

Isso por que quando olhamos a partir de Vigostiki a criança tem nas interações sociais e culturais que ocorrerem na família, biológica ou não, na escola e nas multiplicidades de interações sociais que estabelece com o meio e com outras pessoas e instituições sociais e o elemento fundamental para seu desenvolvimento e constituições de sua identidade.

Esse processo educativo e interativo tem contribuição de vários pensadores, psicólogos, filósofos e educadores, dentre eles podemos destacar o Vigotski, Piaget, Wallon. Citaremos um pouco do conceito do desenvolvimento da aprendizagem em alguns desses autores. Pois, tiveram em seus estudos, importantes contribuições no que se refere a criança pequena.

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

Nessa perspectiva, compreendemos que as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. E compreendemos que no processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das

mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar.

Cabe destacar também, que quando se fala sobre o trato com as crianças estamos dizendo de um atendimento que envolve o cuidar, brincar e o educar. No caso da Educação Infantil de preferência articuladamente, como é possível observar com a concepção de educar presente no RCNEI (1998, p. 23) ao explica que,

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Ou seja, educar no contexto da educação infantil envolve cuidar, educar e brincar, requer condições favoráveis para as interações sociais e para o desenvolvimento da autonomia. Com isso, a educação auxilia o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, contribuindo para a formação de crianças felizes e saudáveis.

Neste sentido, o RCNEI destaca ainda que, nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais os diferenciando.

Contudo, a instituição de educação infantil, deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumprindo assim um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.

Desta forma, o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas, como é explicitado que,

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. (RCNEI v.1, 1998, p. 24)

Contudo, o que está escrito no RCNEI deixa claro que, para cuidar precisa-se considerar as necessidades das crianças, que quando as observamos, podemos perceber coisas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Assim, cuidar da criança é sobretudo

dar atenção a ela como pessoa que está em um contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades.

Um sujeito histórico e de direitos, que nas interações com o ambiente, com desenhos, com os outros, nas relações e nas práticas do cotidiano, seja nas brincadeiras ou quebrando um objeto, tudo que ela vivencia, a criança constrói sua identidade e autonomia, se desenvolve, pois na educação infantil a criança começa a distinguir que a coleguinha é mais alta, mais baixa, gordinha, que o irmão é diferente, ou seja, uma identidade pessoal e coletiva.

Vigotski (2014) tratou de vários aspectos no que se refere à criança pequena, dentre elas, a construção do real na criança, a construção do espaço e de tempo nas suas interações pois,

Desde o nascimento, as crianças estão em constante interação com os adultos, que ativamente procuram incorporá-las à sua cultura e à reserva de significados e de modos de fazer as coisas que se acumulam historicamente. No começo, as respostas que as crianças dão ao mundo são dominadas pelos processos naturais, especialmente aqueles proporcionados por sua herança biológica. Mas através da constante mediação dos adultos, processos psicológicos instrumentais mais complexos começam a tomar forma. (LURIA, 2014 p.27)

Porém, nas interações, a criança brinca, imagina, fantasia, e essa ideia, não se tinha, o de que a criança aprende, observa, narra, tem, constrói sentido sobre a natureza, ou seja, um conceito que parece simples, porém de uma riqueza sem tamanho. Para tanto, quando nos referimos ao brincar é necessário compreender que,

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele brincar tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe ofereceu conteúdo para realizar-se. (BRASIL, v.1, 1998, p. 27).

Neste sentido, é importante que o professor tenha consciência que na brincadeira as crianças recriam aquilo que sabem sobre as mais diversas esferas do conhecimento, em uma atividade espontânea e imaginativa.

Vigotski (2007) acrescenta que à medida que a criança cresce, não somente mudam as atividades equivocadas da memória como também o seu papel no sistema das funções psicológicas. Desta forma, a ação de pensar da criança muito pequena é definido por meio de sua memória. O autor acrescenta ainda que, essa ação não é igual em uma criança maior. Logo, para o autor, crianças muito pequenas, pensar significa lembrar.

Ao se dedicar aos processos de desenvolvimento Vigotski (2007) cria o conceito da zona de desenvolvimento proximal ou iminente. O autor reconhece dois níveis de desenvolvimento: o real, reconhecido quando uma criança consegue realizar certa tarefa

sozinha, sem ajuda de alguém, como calçar e amarrar o tênis, por exemplo. E o potencial, caracterizado como o não conseguir realizar sozinho, precisando assim do outro para a realização dessas tarefas. Esse conceito reforça a importância do professor como mediador no processo de ensino e aprendizagem.

2.1 Compreensão de Infância no Brasil

Nosso intuito neste item do trabalho é de fazer uma abordagem sobre a infância no Brasil, como é constituído a educação infantil e todo o aparato a ela relacionada. Fundamentaram a pesquisa obras de Santos (2015), como também documentos legais como Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 1998 e 2009 e o Referencial curricular nacional para a educação infantil.

Segundo Santos (2015) a criança de zero a seis anos de idade, foi objeto de atenção desde o período colonial, quando os Jesuítas recrutavam os pequenos “curumins” para as atividades de catequese e alfabetização. Isso quer dizer que a ideia de criança e do atendimento para educar, já existia, desde o período colonial, no entanto ainda com uma perspectiva catequética.

Acrescenta que no Brasil Império, século XIX, apesar de a Constituição de 1824 dispor a respeito de um sistema nacional de educação, a educação para crianças de zero a seis anos de idade não fez parte das intenções do império, e a educação elementar chegou apenas a uma pequena parte da sociedade, sob a orientação de preceptores. Segundo Kramer (2006), foi Morcovo Filho quem primeiro organizou a história da educação infantil no Brasil, de maneira que o referido organizou em três períodos,

Durante o 1º período, do descobrimento até 1874, pouco se fazia no Brasil pela „infância desditosa“, tanto do ponto de vista da proteção jurídica quanto das alternativas de atendimento existentes.

O 2º período, de 1874 a 1889, se caracteriza, sobretudo, pela existência de projetos elaborados por grupos particulares, em especial médicos, que tratavam do atendimento a crianças. No 3º período, se intensificaram os progressos no campo da higiene infantil, médica e escolar. Durante as duas primeiras décadas deste século várias instituições foram fundadas e diversas leis promulgadas, visando atender a criança. (KRAMER: 2006, p.48)

Percebe-se, portanto, que a educação infantil no cenário brasileiro não era algo que houvesse interesse das autoridades, pois não havia atendimento e nem preocupação para com a criança pequena. De acordo com Kramer (2006) praticas educativas direcionadas para as crianças pequenas no Brasil, eram desenvolvidas por grupos de pessoas ligadas à área da

saúde, assim as primeiras ações envolvendo a criança relacionadas com questões sanitárias do que educativas.

Somente a partir da década de 1930 o Estado Brasileiro começa a desenvolver ações no sentido de se responsabilizar pelo atendimento à infância, como também de defender esse atendimento como dever do setor público.

No final dos anos 70 e início de 1980, Santos (2015), descreve que a Educação Infantil começou a se configurar como uma etapa educativa e ganhou mais expressividade. Por exemplo, a partir de 1981, pela primeira vez, os documentos oficiais do MEC trouxeram o termo educação pré-escolar.

É importante destacar que o crescimento do país, com o processo de urbanização, o número cada vez maior de mulheres que entram no mercado de trabalho, bem como a pressão dos movimentos sociais, demandaram a ampliação de vagas e de instituições que atendessem, cuidassem e educassem as crianças de zero a seis anos. Logo, é a partir de uma demanda social que surge a necessidade de construir espaços educativos direcionados para o atendimento à criança.

Como pode ser concluído a partir de Santos, (2015) o atendimento à infância ganha espaço nas discussões, estudos e proposições em toda a década de 1980, tendo seu ápice na Constituição Federal de 1988 (CF), quando torna-se parte de uma das principais discussões em torno dessa Constituinte, qual seja, o reconhecimento e disposições sobre os direitos sociais. Nesta Constituinte, a Educação foi reconhecida como um direito de todos, inclusive da criança.

A partir da CF de 1988 a educação infantil começa a se consolidar como uma etapa de educação que articula educar e cuidar e não somente um atendimento assistencialista para crianças pequenas, fato que se confirma na LDB de 1996. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a Educação Infantil passa a requerer cada vez mais uma sistematização dos fundamentos de metodologia para o trato com infância. Contudo, apesar do avanço, essa etapa da educação não foi acompanhada de recurso, nem foi incluída a política de financiamento da educação, fato que só começa a modificar com o Fundeb em 2007.

Vale ressaltar que em 1988, ficou assegurado na Constituição Federal que o dever do Estado com a Educação da pequena infância seria efetivado mediante garantia de “[...] atendimento em creches e pré-escolas à crianças de 0 a 6 anos de idade” (BRASIL, 1988, Art.208 – IV).

No entanto, para entender melhor, a própria LDB sofreu alterações, quando sancionada a Lei nº12.796 de 2013 (BRASIL, 2013) em decorrência da Lei nº. 11.114 de

2005 (BRASIL, 2005), que estabeleceu o Ensino Fundamental de nove anos, com início aos 6 (seis) anos de idade, e da Ementa Constitucional nº. 59 de 2009 (BRASIL, 2009), que ampliou a Educação obrigatória dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos. A LDB recebeu uma nova redação em seu Art. 4º:

O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e garantida aos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio. II – Educação Infantil gratuita até 5 (cinco) anos de idade.

Para tanto, a educação infantil vem afirmando sua identidade e se consolidando na legislação e nas políticas públicas brasileiras como dever do Estado e direito de todas as crianças de 0 a 5 anos de idade à educação. A CF Brasileira determina no seu artigo 7º, inciso XXV, como direito social dos pais trabalhadores urbanos e rurais, à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

Logo, após essas alterações, a LDB determina que a educação infantil é parte integrante do sistema educacional brasileiro, constituindo-se a primeira etapa da Educação Básica. Tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Art. 29).

Assim, a educação infantil passa a ser delineada a partir de um enfoque educacional que promova o desenvolvimento integral de criança em suas diferentes e complementares perspectiva (ANGOTTI, 2010).

No Brasil, os direitos legais da criança e adolescentes só foram formalizados na última década do século passado, com a promulgação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA).

Na década de 1970, as propostas pedagógicas delineadas a partir do construtivismo piagetiano passaram a exercer uma importante influência nas práticas educativas. Na década de 1980 também encontramos estudos da teoria de Vigotsky, como alternativa para compreendermos o desenvolvimento da criança, em que havia uma tentativa em constituir práticas pedagógicas orientadas por uma nova concepção de criança e de infância. Não é nosso objetivo discutir ambas as teorias, mas enfatizar que elas influenciaram fortemente as concepções de desenvolvimento infantil com desdobramentos relevantes na educação, de modo geral, e na Educação Infantil, especificamente (STEMMER, 2012).

2.2 Legislação: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)

Neste item de nossa pesquisa, iremos destacar o conceito de infância nos documentos DCNEI e RCNEI, ao qual no DCNEI afirma que criança é sujeito histórico e de direitos, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, Art.4º).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CBE número 5, de 17 de dezembro de 2009) como já foi descrito, afirma que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (Art. 5º).

A partir dessa resolução, são divulgadas as DCNEI, de caráter mandatório, que contemplam princípios e fundamentos para o planejamento, a execução e a avaliação de propostas pedagógicas e curriculares para esse nível de ensino. Sobre o direito da criança à educação, o documento enfatiza, nesse art. 5º: “É dever do Estado garantir oferta de educação infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção”. (BRASIL, 2009, p.1).

Ainda nas DCNEI, observamos que as práticas pedagógicas da educação infantil devem ter como eixos norteadores as interações e brincadeiras que garantam experiências divertidas: promovendo “[...] a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais” (BRASIL, 2009, p.26).

Em 1998, temos a publicação do (RCNEI), construído para orientar o trabalho dos profissionais que atuam na educação infantil, no que se refere aos objetivos, conteúdos e orientações pedagógicas e didáticas. Composto por três volumes – Introdução, Formação Pessoal e social e Conhecimento de mundo, esse documento apresenta oito capacidades que devem ser desenvolvidas nas crianças a partir do trabalho desse nível de ensino, e entre elas estão a observação e a exploração do meio ambiente que a circunda.

De acordo com Lei 9.394 de 1996, a atual e Nova Lei (LDB), a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, que é reforçado com o (RCNEI) de 1998 e com a (DCNEI) de 1999. Tal aspecto significa um avanço no atendimento da criança pequena no Brasil, bem como reafirma e consolida o caráter educacional do atendimento das crianças de 0 a 5 anos de idade.

A partir desses referencias passa a ser necessário discutir melhor os processos educativos, o currículo, a formação de professor, como também o processo da avaliação na educação infantil. Aspecto que terá suas bases nas (DCNEI). O RCNEI v.03 por exemplo, aponta metas de qualidade que contribui para que a criança tenha um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos.

Neste capítulo do trabalho, concluímos que a educação infantil é um assunto importante a ser discutido, por essa razão, existem leis que assegura não somente o cuidar e o brincar como também o educar. Portanto, pensar em estratégias que assegure a essas crianças, direitos ao qual a Educação Infantil passa a fazer parte da Educação Básica. Desta forma, é de grande importância um profissional capacitado para o atendimento especializado a atender essas crianças, assim, a LDB 9394/96 estabelece como critério o perfil de professor formado em curso de Pedagogia ou em formação mínima obtida em nível médio, na modalidade normal.

3 AVALIAÇÃO: CONCEITO, CONTEXTO, TIPOS E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Realizaremos um breve estudo sobre avaliação no ambiente educacional, para que se tenha um melhor entendimento sobre o tema, depois um breve contexto histórico e apresentaremos os tipos de avaliação buscando compreender como se deve avaliar na educação infantil.

3.1 Um breve contexto sobre Avaliação

O termo Avaliar, conforme Luckesi (1997, p.92) origina-se do latim „a + valere“ tendo como definição atribuir um juízo de valor a determinada coisa, isto é, atribuir valor para alguma ação praticada.

Ao analisarmos a história da avaliação, nos deparamos com a própria história da colonização no Brasil. De acordo com Santos (2015) desde infância, a criança de zero a seis anos já era objeto de atenção desde período colonial, quando os jesuítas recrutavam os pequenos “curumins” para as atividades de catequese e alfabetização.

Contudo, esse conceito foi trazido para o Brasil pelos jesuítas, dando maior ênfase à memorização, os alunos eram punidos e o professor era visto como dono de todo o saber pois,

A narração de que o educador é sujeito conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em vasilhas, em recipientes a ser enchidos pelo educador. Eis aí uma concepção bancária de educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los, (...). Na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que julgam sábios aos que julgam nada saber (FREIRE, 2005, p. 66-67).

Nessa perspectiva, podemos observar que essa avaliação como transmissão, trazida pelos jesuítas para o Brasil, era algo costumeiro, ou seja, o conhecimento era transmitido com rigor absoluto pois se tratava de uma concepção de educação o qual a avaliação não passava de uma verificação dos conteúdos trabalhados. Embora a avaliação estivesse voltada para medir a aprendizagem, percebe-se que desde o período colonial já existia uma preocupação em avaliar a educação, ou seja, a avaliação não é algo novo.

Depresbiteris (1990) descreve que na China Imperial, foram utilizados mecanismos ocorridos há mais de três mil anos, para escolher funcionários para o serviço público, o que era feito por meio de exames cujo propósito era promover ou demitir seus oficiais. Acrescenta ainda em sua obra que, a maior confirmação, na Antiguidade, é a de Cícero e Santo Agostinho que adotaram conceitos e abordagens avaliativas.

Na França, no século XX, destaca-se na psicometria Alfred Binet, o primeiro inventor do teste de medição do QI (coeficiente de inteligência). Estes testes passaram a desempenhar forte atuação nas medidas educacionais na avaliação dos alunos e rendimento escolar proporcionando maior importância as notas obtidas do que ao conhecimento enquanto habilidade avaliada.

No ano de 1950, Vianna (1989) destaca que somente na década de 40 a avaliação educacional surge como atividade científica, com os trabalhos de Ralph W. Tyler, contribuindo de forma significativa para a construção do campo da avaliação educacional, ressaltando um modelo de avaliação por objetivos. Com isso, avaliar para verificar se realmente os objetivos foram alcançados.

Percebe-se, portanto, que historicamente a avaliação era uma forma de punição, ao qual já trazida pelos jesuítas e que foi sendo reproduzida, como descreve Hoffmann (2000) sobre avaliação. Entretanto ao longo do tempo, foi surgindo diferentes tipos de avaliação, deste modo é necessário que possamos distinguir e evidenciar as especificidades de cada conceito teórico sobre a avaliação.

3.2 Conceito de Avaliação no Âmbito Educacional

Quando se pensa em avaliação, o que nos vem à cabeça é atribuição de valor, ou seja, atribuição a notas. Mas de fato, qual seria um melhor conceito de avaliação?

Usaremos uma definição dada por Luckesi (2005) ao qual ele descreve que o ato de avaliar, compreendido como “investigar a qualidade dos resultados de nossa ação, tendo em vista intervir para a sua melhoria”, Luckesi (2005) descreve que o ato de avaliar é completamente humano, fazendo parte do dia a dia de cada um, de todas as ações do ser humano. Estamos a todo o tempo buscando resultados. A atividade avaliativa é uma atividade de investigação, ou seja, fornece conhecimentos, por esta razão, o ato de avaliar exige cuidados metodológicos. Segundo Luckesi (2002) temos que colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social.

Existem vários significados atribuídos a “avaliação”. Mas pensando no âmbito Educacional, conforme Hoffmann (2000) avaliação é análise de desempenho, julgamentos de resultados, medida de capacidade e a apreciação do “todo” do aluno, que tradicionalmente ocorre através de instrumentos avaliativos como: prova, nota, conceito, boletim, recuperação, etc.

Hoffmann (2000, p.16) descreve que:

A avaliação é essencial à educação, enquanto concebida como: problematização, questionamento, reflexão sobre a ação. Um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldadas e terminais.

Ou seja, no ambiente educacional, avaliar é estar sempre em constante reflexão, no sentido de refletir sobre ações para uma melhoria no processo de desenvolvimento dos alunos ou no processo educacional.

3.3 Tipos de Avaliação

Para termos um maior entendimento sobre avaliação na educação infantil, realizaremos uma breve argumentação sobre os tipos de avaliação, pois, Luckesi (2011) afirma que para saber avaliar é preciso conhecer os conceitos teóricos sobre avaliação, e o mais importante, aprender na prática os conceitos teóricos da avaliação. Vasconcellos relata um problema entre os professores que é a desinformação a respeito dos diferentes tipos de funções da avaliação.

Sobre esse problema citado por Vasconcellos (2005), Demo (1987, p. 23) descreve que pesquisa é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Com isso, Weisz (2006) descreve em sua obra que, ao montar uma situação de avaliação, o professor precisa ter clareza sobre as diferenças que existem entre situações de aprendizagem e situações de avaliação. Para tanto, a pesquisa sobre avaliação é indispensável.

Para tanto, iremos discutir um pouco sobre os tipos de avaliação, são elas: diagnóstica, formativa e a somativa.

- ✓ Diagnóstica: realizada no início do curso, semestre, ano letivo, contribui para a identificação prévia da turma para um momento de tomada de decisão e para possíveis modificações no plano de ensino inicial. Ela verifica a existência ou ausência de habilidades e conhecimentos pré-estabelecidos. Sendo uma ação que inicia o processo avaliativo e verifica se os alunos dominam os pré-requisitos para novos desenvolvimentos da aprendizagem.

Com isso, a avaliação diagnóstica, Segundo Luckesi (2000 p. 09), “[...] para avaliar, o primeiro ato básico é o de diagnosticar, que implica, como seu primeiro passo, coletar dados relevantes que configurem o estado de aprendizagem do educando ou dos educandos”.

Contudo, em nossos estudos, compreendemos que o fundamento da avaliação diagnóstica está em examinar as competências dos alunos no que se refere as aprendizagens anteriores, ou seja, examinar se de fato, os alunos possuem os pré-requisitos indispensáveis para um atual trabalho, e com isso, adquirir uma aprendizagem bem-sucedida.

No que se refere aos pré-requisitos mencionados acima, só para recordar que não são somente cognitivos, como também afetivos e psicomotores existentes e indispensáveis para se ter um desenvolvimento nos alunos. Logo, a avaliação diagnóstica, permite ao professor verificar o que os alunos assimilaram nos anos anteriores, ou seja, seus conhecimentos prévios. Diante disso: Investigar e explorar essas ideias e representações prévias é importante porque permite saber de onde vai partir a aprendizagem que queremos que aconteça. (WEISZ, 2006, P. 93).

Por intermédio da avaliação diagnóstica, o professor consegue adquirir informações dos alunos e se os mesmos adquiriram conhecimentos e/ou desenvolvimentos das suas experiências em relação a aprendizagem, e com isso, seguir os conteúdos de acordo com as necessidades e dificuldades de cada aluno.

- ✓ Formativa: realizada ao longo do processo, é contínua, e dá parâmetros ao professor para verificar se os objetivos foram alcançados, podendo intervir no que pode estar

comprometendo a aprendizagem. Se os objetivos foram atingidos pelos alunos, levantar dados para que o professor possa realizar um trabalho de recuperação.

Para tanto, após esquematizado o conhecimento prévio dos alunos, nesse tipo de avaliação inicial, Weisz (2006, p.94) descreve que é importante colocar em prática as situações planejadas para levá-los a avançar, logo, o professor passa a precisar de um outro instrumento para verificar como eles estão progredindo, [...]. Esse instrumento é a avaliação de percurso – formativa ou processual, como muitos a chamam – feita durante o processo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, entendemos que a avaliação formativa, dar-se o tempo todo, sendo realizada continuamente durante o processo de aprendizagem, proporcionando sempre mudanças para melhorar o rendimento da aprendizagem dos alunos.

Logo, compreende-se que é preciso uma certa atenção todo o tempo do professor, na avaliação formativa, pois permite ao professor caminhar para chegar ao seu objetivo ao qual foi previamente planejado, possibilitando a intervenção do professor, caso haja dificuldades do aluno ao longo do processo do desenvolvimento da aprendizagem.

- ✓ Somativa: Classifica os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos no final do processo tendo a função de classificar o aluno e quantificar esse processo avaliativo.

Para tanto, Libânio (2013) descreve que a avaliação somativa é realizada no final de bimestre, semestre ou ano letivo, com isso, chegamos à conclusão que, para se chegar a avaliação somativa, a formativa é essencial, pois as duas exercem uma análise das competências obtidas pelos alunos, assim, a avaliação somativa, tem como ferramenta provas e testes.

Sobre os resultados finais da aprendizagem, Segundo Libânio (2013):

A função de controle se refere aos meios e à frequência das verificações e da qualificação dos resultados escolares, possibilitando o diagnóstico das situações didáticas. Há um controle sistemático e contínuo que ocorre no processo de interação professor-aluno no decorrer das aulas. (LIBÂNIO, 2013, P. 218).

Compreende-se que a função da avaliação somativa é de comprovar os resultados, e ao mesmo tempo, beneficia, sendo uma ferramenta de seleção. Com isso, sua principal função é de certificar, pois provas e testes são documentos que existem para comprovar o rendimento do aluno. No caso da Educação Infantil, essas ferramentas que servem para comprovar o rendimento da criança, são os cadernos das atividades propostas pelo professor, fotografias, portfolio, seus desenhos e pinturas que ficam registrados em seus cadernos por meio da

observação. Desta forma, o professor consegue finalmente avaliar a conclusão dos resultados da aprendizagem.

3.4 Avaliação na Educação Infantil

Quando se pensa em avaliação na educação infantil, o que vem na cabeça é como deve acontecer esse processo para crianças tão pequenas, sobretudo, pelo fato de que, nessa faixa etária, às crianças estão em fase de desenvolvimento biopsíquico-social. Estão fazendo interações e apropriando do processo de construção do seu conhecimento e de suas habilidades.

Contudo, o fato de compreendermos a criança como um sujeito que pensa, imagina e que transforma o ambiente em que está inserida. Principalmente, por entender que a criança é esse sujeito social e cultural em fase de desenvolvimento e que a faixa etária dos 0 aos 6 anos de idade é considerada pelos estudos da infância como a principal fase de desenvolvimento da criança é que podemos e devemos inserir a perspectiva da avaliação na educação infantil. Dessa forma também identificamos que ao avaliar uma criança, temos que observar as especificidades desse ser e dessa faixa etária. Em outras palavras, significa ter clareza dos objetivos de uma avaliação como mediação e ação pedagógica em sobre o próprio educação e do processo de desenvolvimento da criança. Tudo em função da criança.

Segundo Hoffmann (2000, p.19) quando avaliamos crianças de 0 a 5 anos de idade no espaço educativo é preciso observar os seguintes aspectos:

- ✓ Uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesse e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações de experiências;
- ✓ Um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios;
- ✓ Um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimentos, embaixador do repensar do educador sobre o fazer pedagógico. (HOFFMANN, 2000, p.19)

Isso quer dizer que, ao avaliar, o professor deve investigar se os objetivos foram atingidos. Sobre isso Hoffmann (2000) destaca que acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre o seu contexto social. Por

consequente, a avaliação na educação infantil requer do educador compreensão no tocante aprimoramento da criança.

Esses aspectos estão de acordo com o que rege a LDB, as DCNEI, o RCNEI. A DCNEI, por exemplo, defini que a avaliação na educação infantil se dar no processo de observação, registro e acompanhamento do desenvolvimento das crianças para que a partir da observação o professor possa mediar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno.

Logo, para mediar as ações produzidas no perpassar das aulas é fundamental técnicas e instrumentos que melhorem a sua concretização. As técnicas equivalem na continuada observação, como também a ficha e o caderno, de onde acontecerá as anotações de como aconteceu a tarefa.

Segundo Hoffmann (2005, p. 121) os melhores instrumentos de avaliação “[...] são todas as tarefas e registros feitos pelo professor que o auxiliam a resgatar uma memória significativa do processo, permitindo uma análise abrangente do desenvolvimento do aluno”.

Avaliar é acompanhar, adquirir informações capazes de beneficiar o aprendizado da criança, nesse sentido, avaliar não é apenas comparar ou julgar, é, portanto, um instrumento para o educador acompanhar o desenvolvimento dos alunos, e não como forma autoritária, como é visto no contexto escolar, um controle ainda utilizado por alguns professores de forma classificatória e de promoção para passar o aluno de um ano para outro.

Segundo Hoffmann (2000, p. 16),

Avaliação é essencial à educação, enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação. Um professor que não avalia constantemente a ação educativa no sentido indagativo, instala sua docência em verdades absolutas, pré-moldadas e terminais.

Logo, à medida que o educador busca uma reflexão permanente sobre a prática docente cria possibilidades concretas para a problematização da educação e a direciona com intencionalidade repensando o exercício da docência.

Para tanto, avaliar, permite ao educando exercer uma reflexão de suas ações, e esta ação é transformada a partir de suas indagações sobre o educando. O que se confirma quando Luckesi (2002) descreve que antes de avaliar é preciso diagnosticar o conhecimento prévio do educando sobre determinado assunto, esse diagnóstico é eficaz e necessário para coletar dados para avaliar o que precisa realizar para ocorrer o desenvolvimento do aluno.

A LDB, Lei nº 9.394/96, as DCNEI/1998, bem como o RCNEI destacam alguns princípios sobre a criança que devem ser respeitados nas propostas pedagógicas, como o desenvolvimento biopsicossocial, o desenvolvimento da autonomia e identidade, do respeito a diversidade e cultivo das diferenças, da responsabilidade, solidariedade e do respeito ao bem

comum, dos direitos da cidadania do exercício da criticidade e do respeito a ordem democrática, da sensibilidade, criatividade da ludicidade e da liberdade de expressão.

Nesse sentido, o trabalho educativo na educação infantil, passou a ser compreendido como mais complexo do que se imagina. Não se trata de estabelecer uma relação de ensino, mas um processo educacional mais amplo e integral da criança. Esse processo não só exigiu uma definição de educar e cuidar criança de 0 a 5 anos, como também da necessidade de maior clareza do que é avaliar a criança.

O RCNEI v.03, por exemplo, aponta metas de qualidade que contribui para que a criança tenha um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos.

Desse modo, a Educação Infantil é uma etapa em que o processo de avaliação se torna muito difícil, pois exige muito conhecimento sobre desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças e de metodologias para o estímulo e mediação do desenvolvimento.

4 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS/TO: DETALHES DE UMA PESQUISA

Nos últimos 30 anos em nosso país tem “buscado” melhorias para a área da educação, e nesse processo tem dado à avaliação um papel muito importante. Esse processo se estende para todas etapas da educação básica, inclusive, também se estende à educação infantil. Contudo ao pensar sobre a avaliação nessa etapa educativa é fundamental fazer alguns questionamentos, como por exemplo: como é avaliar crianças de 0 a 5 anos de idade? Como deve ocorrer esse processo? Quais os objetivos da avaliação da educação infantil? É fácil avaliar na educação infantil? Como está sendo realizado o processo de avaliar na educação infantil? E quais os instrumentos para avaliar usados na instituição? Dentre outras, no presente capítulo apresentamos a parte empírico pesquisa e seu processo, os instrumentos, sujeitos e lócus da pesquisa, em seguida, os resultados da entrevista com as análises de discussões sobre as respostas dos profissionais da área da educação infantil segundo ideias de autores pesquisados.

4.1 Aspectos metodológicos

Para dar conta da pesquisa o caminho metodológico que escolhemos abrange uma abordagem qualitativa com pesquisa campo. De início, realizamos uma pesquisa na literatura sobre o tema. No segundo momento, realizamos uma pesquisa campo em uma creche e em uma pré-escola, ambas de natureza públicas e do município de Tocantinópolis/TO.

Como técnica de pesquisa utilizamos a entrevista e como instrumentos usamos um questionário estruturado. O questionário foi aplicado com o apoio das coordenadoras das referidas instituições de ensino, durante o momento de planejamento das professoras. Cabe ressaltar que nem todas puderam participar, principalmente no pré-escolar, e teve como justificativa o tempo corrido das mesmas.

O questionário encaminhado para as professoras foi constituído por 5 questões referentes à avaliação na educação infantil e sobre os instrumentos usados para o processo da avaliação utilizados por eles.

Para a pesquisa de Campo, inicialmente, visitamos a creche, onde demos início a pesquisa com as 6 professoras. Depois fomos na pré-escola, onde entrevistamos mais 3 professoras. Ou seja, ao todo, realizamos a produção das informações que envolveram um total de 9 professoras da educação infantil. A busca de informações com esses sujeitos e sobre esses sujeitos tem como objetivo conhecer e compreender como vem acontecendo a avaliação na educação infantil na prática das professoras da educação infantil da rede pública municipal de Tocantinópolis, ao mesmo tempo permitirá analisar os limites e dificuldades vivenciadas pelos docentes no que se refere ao tema estudado. No entanto, optamos em não mostrar os nomes reais das professoras, com o propósito de preservarmos suas privacidades na pesquisa. Com isso, nomeamos as profissionais participantes como: A, B, C, D, E, F, G, H, I.

Ao iniciarmos a pesquisa campo, primeiramente, realizamos a entrevista com os questionários na creche, ao qual entrevistamos 6 professoras no período matutino, pois no período vespertino, devido a nossa carga de trabalho, não nos permitiu realizar com todas as professoras da instituição. Depois realizamos a entrevista dos questionários na pré-escola, ao qual entrevistamos 3 professoras no período vespertino. Cabe ressaltar que utilizamos nomes fictícios para as instituições de educação infantil que participaram desse estudo.

Após a realizando desse percurso metodológico, organizamos as informações e dados levantados, analisamos a partir do olhar da literatura e apresentamos a seguir.

4.2 O *locus* da Pesquisa

4.2.1 A Creche Formiguinha Encantada

A Creche Formiguinha Encantada fica localizada no Bairro alto da Boa Vista I, atende crianças de 1 ano a 3 anos e 11 meses de idade. Segundo o PPP da instituição a creche conta com um total de 112 alunos matriculados pela manhã e 98 matriculados à tarde, ou seja, nos turnos matutino e vespertinos. Possui 15 turmas e 15 professoras e dessas, 6 participaram da pesquisa.

A creche atende um total de 15 turmas, 08 turmas no matutino e 07 no vespertino, no período da entrevista, as professoras da tarde, realizam o planejamento pela manhã, logo, as profissionais que se comprometeram com o questionário, foram as profissionais da tarde, no entanto, como já mencionamos anteriormente, a entrevista foi realizada com 6 profissionais no período matutino.

4.2.2 A pré-escola Dona Florinda

A pré-escola Dona Florinda fica localizada no Bairro Alto Bonito, atende crianças de 4 a 5 anos de idade nos turnos matutino e vespertinos. Possui 7 turmas e 7 professoras e dessas, 3 participaram da pesquisa.

Na pré-escola Dona Florinda, a instituição atende um total de 07 turmas, 04 turmas no matutino e 03 turmas no vespertino. No período da entrevista, as professoras da manhã, ao realizarem seus planejamentos à tarde, se comprometeram em participar do questionário à tarde, ao qual a entrevista foi realizada com apenas 03 professoras, pois fomos comunicados que devido aos seus compromissos com a instituição, as demais, não puderam participar.

Assim sendo, foram no total de 9 professoras envolvidas na pesquisa, 6 professoras da creche e 3 professoras do pré-escolar. No quadro a seguir apresentamos um pouco do perfil desses sujeitos, sobretudo, para termos uma noção de como as professoras se relacionam com o campo da educação infantil, sua formação e tempo de atuação nessa área específica. Veja a seguir o quadro 01 e o 02 a seguir:

Quadro 01: Perfil das professoras da creche

Professoras	Tempo de atuação na Educação Infantil	Formação
A	10 anos	Graduação: Normal Superior
B	3 anos	Graduação: Pedagogia
C	5 anos	Graduação: Pedagogia

D	4 anos	Graduação: Pedagogia, Pós-Graduação em Gênero e Diversidade na Escola
E	3 meses	Graduação: Pedagogia e Pós-Graduação em Educação infantil e séries iniciais
F	3 anos	Graduação: Pedagogia e Pós-Graduação em Psicopedagogia, Educação infantil e fundamental

Fonte: Elaborado por Cislany Nobres de Almeida Ferré (2019)

Conforme evidenciado acima todas as professoras possuem formação específica para atuar na educação infantil e o tempo de atuação na educação infantil das professoras é de 03 a 10 anos. Logo, pressupõe ou espera-se que tais profissionais dominam aspectos relacionados com ao segmento educação infantil e ao trabalho educativo com as crianças pequenas, e conseqüentemente, que saiba sobre avaliação educacional e sobre a avaliação na educação infantil. Além disso, tais profissionais possuem o tempo de experiência na educação infantil.

O que sugere ou espera-se que quanto mais tempo naquela área o profissional tenha mais vivências, conhecimento prático ou saberes da prática de avaliação e porém, os oferecem uma leitura de como compreendem, de como realizam e quais instrumentos utilizam para avaliar a criança na educação infantil.

No entanto, percebe-se que as que possuem, mais tempo de atuação, é a professora que tem Normal Superior e as que possuem menos tempo de atuação possuem formação em Pedagogia. Esse aspecto é importante porque a educação infantil, enquanto etapa da educação básica é algo recente, como também a existência de um processo de formação para essa etapa de educação é também algo recente e a própria Pedagogia só a partir de 2006, passa a ter diretamente a finalidade de formar professores para atuarem com crianças de 0 a 5 anos de idade.

Tais fatos podem influenciar diretamente no entendimento dos processos pedagógicos do trabalho com a crianças e sobre a forma de avaliar além disso, pode evidenciar a necessidade da formação continuada para as profissionais que atuam nesse segmento. Vejamos no quadro 02 também o perfil das profissionais que atuam na Pré-escola envolvida no estudo e que participaram da pesquisa.

Quadro 02: Perfil das professoras do Pré-Escolar

Professoras	Tempo de atuação na Educação Infantil	Formação
--------------------	--	-----------------

G	3 anos	Graduação: Magistério
H	9 anos	Graduação: pedagogia, Pós-Graduação em Gestão, supervisão e orientação Escolar
I	10 anos	Graduação: Pedagogia e Pós-Graduação na EJA-Educação de Jovens e Adultos

Fonte: Elaborado por Cislany Nobres de Almeida Ferré (2019)

No quadro 02, das entrevistadas no pré-escolar, verificamos que 02 professoras possuem graduação em Pedagogia, 01 apresenta graduação em Magistério, e 02 possuem pós-graduação. Com tudo, essas profissionais do pré-escolar, apresentam de 03 a 10 anos na educação infantil, ou seja, todas apresentam mais de um ano atuando na área da educação infantil. Esses dados são muito importantes, sendo provável que exista uma certa compreensão e experiência dessas profissionais na área ao qual lhe fora destinada e de que modo teriam que realizar a avaliação na educação infantil.

De acordo com a tabela notou-se que as professoras possuem formação que permite atuar na educação infantil segundo a LDB de 1996, contudo essa formação não assegura domínio dos fundamentos metodológicos do trabalho na educação infantil. A professora que tem o magistério está há três anos da educação infantil, possivelmente, atua a muito tempo em outro segmento e só nos últimos três anos está na educação infantil. Já as outras tem especialização em gestão e em EJA o que pode de alguma forma, indicar que tenham interesse ou propensão para atuarem em outras áreas ou segmento, e não somente como professoras de crianças de 0 a 5 anos de idade. Contudo, espera-se que minimamente essas profissionais entrevistadas tem domínio dos conhecimentos para aturem na educação infantil, afinal já tem um tempo na área e são preparadas para atuar na educação. Além disso, a formação e aprendizado do ser professor não acontece exclusivamente na universidade. A própria escola é um espaço de formação e aprendizagem.

4.3 Os desafios docentes da avaliação na educação infantil a partir da percepção de professoras: o que dizem, pensam e como realizam esse processo?

Para compreender e refletir sobre o que dizem e pensam as professoras da educação infantil sobre a avaliação nessa etapa da educação, como também para conhecer como essas profissionais realizam esse processo de avaliação na educação infantil. Na primeira questão, elaboramos a seguinte indagação: como é avaliar a criança de 0 a 5 anos? Por meio dela,

procuramos verificar quais conhecimentos as entrevistadas apresentavam sobre o tema “avaliação infantil”.

Diante da pergunta na creche, a professora “A” com 10 anos na área, com o Normal Superior, respondeu que “em uma avaliação, o professor tem que ficar atento à cada característica do aluno e como se desenvolve ao grupo.” A professora “D” com 4 anos na área, graduação em pedagogia e pós-Graduação em Gênero e Diversidade, respondeu que “o avaliar é contínuo. Observando a participação e o interesse individual e coletivo dos alunos.” A professora “E” com apenas 3 meses na área, graduação em Pedagogia e Pós-Graduação em educação infantil e anos iniciais, respondeu que “o professor deve ter atenção a maneira que cada aluno interage” com os colegas e demais professores no decorrer das atividades. Também que o objetivo de avaliar é auxiliar no processo de aprendizagem, fortalecer a autoestima do aluno e orientar as ações pedagógicas.” Já a professora “F,” com 3 anos na área, graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Psicopedagogia, respondeu que “avaliar é através dos conceitos das crianças.” Resposta que não nos deixou claro ao responder que “avaliar é através dos conceitos das crianças” Com isso, surgiu-nos indagações: Seriam os conceitos dos relatórios educacionais? Que conceitos da criança seria estes?

No pré-escolar, a professora “G” com 3 anos na área, graduação: Magistério, respondeu que “avaliar é observar a criança durante todo o processo, e por meio do relatório bimestral” e a professora “H” com 9 anos na área, graduação em Pedagogia, Pós-Graduação em Gestão, respondeu que “avaliar é buscar captar o desenvolvimento, as expressões, seus potenciais, ou seja, as habilidades da ação de forma constante.” Na mesma direção a professora “I” com 10 anos na área, Graduação em Pedagogia, Pós-Graduação na EJA-Educação de Jovens e Adultos, respondeu que “avaliar é um processo de observação do desenvolvimento da criança no decorrer do ano.”

A professora “B” da creche, com 3 anos na área, graduação em Pedagogia, respondeu que “é muito interessante avaliar crianças do berçário, pois nota-se avanços diários nessa fase de descobertas.” Já a professora “C” também da creche, com 5 anos na área, graduação em Pedagogia, respondeu que “não é fácil avaliar, seja em qualquer etapa de ensino, na educação infantil não é diferente, porém, é prazeroso ver os avanços e conquistas de cada criança.”

Por um lado, observamos respostas um pouco vagas ou muito generalista que não garante domínio de tudo que estão falando, pois não trazem exemplos, não demonstram firmeza. Dizer por exemplo que é muito difícil avaliar ou que é muito interessante avaliar crianças no berçário não representa muito do que seja avaliar na educação infantil.

Por outro lado, nas respostas, constatou-se que as professoras têm um entendimento muito geral, sobre avaliação na educação infantil e de certa forma, as respostas, estão de acordo com as orientações legais da LDB/1996. Ao artigo 31 da LDB – Lei 9.394/96. Ela desautoriza e coíbe avaliações com o objetivo de comparar crianças, de “aprovar” e “reprovar”, de verificar condições de prosseguimento. A forma mais aceita pelos especialistas para conhecer o desenvolvimento e a aprendizagem da criança é o registro em seus diferentes meios (anotações da professora, fotografias, observação) analisados pela professora ou pela equipe de professores com o objetivo de conhecer o percurso e seus percalços das crianças, identificando falhas do processo, da ação mediadora, entre outros.

A LDB, Lei nº9.394/96, as DCNEI/1998, bem como o RCNEI destacam alguns princípios que devem ser respeitados nas propostas pedagógicas, como o desenvolvimento biopsicossocial, o desenvolvimento da autonomia e identidade, do respeito a diversidade e cultivo das diferenças, da responsabilidade, solidariedade e do respeito ao bem comum, dos direitos da cidadania do exercício da criticidade e do respeito a ordem democrática, da sensibilidade, criatividade da ludicidade e da liberdade de expressão.

Nesse sentido, o trabalho educativo na educação infantil, passou a ser compreendido como mais complexo do que se imagina. Não se trata de estabelecer uma relação de ensino, mas um processo educacional mais amplo e integral da criança. Esse processo não só exigiu uma definição de educar e cuidar da criança de 0 a 5 anos, como também da necessidade de maior clareza do que é avaliar na educação infantil. Nessa direção que a DCNEI definiu que a avaliação na educação infantil se dar no processo de observação, registro e acompanhamento do desenvolvimento das crianças para que a partir da observação o professor possa mediar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno.

A professora “G”: do pré-escolar, por exemplo, descreveu que “avaliar na educação infantil é observar a criança durante todo o processo”, o que chega próximo da resposta da professora “A”, descreveu que “o professor tem que ficar atento à cada característica do aluno e como se desenvolve ao grupo”. Também coincidiu com a resposta da professora “I”: que “avaliar é um processo de observação do desenvolvimento da criança no decorrer do ano”.

Apesar das respostas não trazerem elementos da literatura é importante os professores considerarem o aluno como um todo no processo de avaliação. Como nos ensina Vasconcelos:

A forma de avaliar, diz respeito ao como, à maneira concreta com que a avaliação se dará no cotidiano das instituições de ensino; envolve os rituais, as rotinas, o desdobramento das diretrizes e normas, enfim, as maneiras de fazer e de expressar os resultados da avaliação da aprendizagem. (2005, p. 103)

No entanto, isso serve para todo o processo de avaliação em educação. No caso da educação infantil seria importante as professoras terem dito de que processo estamos falando, quando se trata de crianças na creche e na pré-escola.

A avaliação na educação infantil deve ser uma reflexão dos resultados alcançados, ou em relação ao processo educativo, não uma reflexão punitiva ou classificatória, mas para direcionar a ação do professor dentro do processo contínuo de educar. Como afirma Hoffmann (2000, p. 17) ao descrever que avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento passo a passo, do educando na sua trajetória de construção do conhecimento.

Segundo Weisz, (2006) como um observador privilegiado das ações do aprendiz, o professor tem condições de avaliar o tempo todo, e é essa avaliação que lhe dá indicadores para sustentar sua intervenção. Desta forma, avaliar não é apenas por meio das fichas avaliativas, as fichas são apenas um dos instrumentos de avaliação usados pelos professores, mas sim, por meio da observação o tempo todo, do desenvolvimento ou não da criança.

Por essa razão, no trabalho docente, precisa de orientação e fundamentação, principalmente, em casos que o docente não teve experiência na área, necessitando de acompanhamento sempre que preciso, isso o ajudará realizar um bom trabalho no processo de aprendizagem do aluno.

Segundo Weisz, (2006) o professor iniciante ou não, precisa de total apoio pedagógico da instituição para realização desta atividade, que envolve as observações e anotações do desenvolvimento dos alunos nas fichas avaliativas e relatórios. Pois nem sempre, nos estágios, os discentes são preparados para realizarem essa avaliação, ficando preocupados em aplicar a regência sem acesso às fichas, ficando essa prática, na responsabilidade do professor titular da turma ao qual o discente estagiou. Com essa linha de pensamento, Weisz (2006, p.97) descreve que:

A escola que assume responsabilidade com a aprendizagem de todos, tem obrigação de criar um sistema de apoio para que seus alunos não se percam pelo caminho. Suas dificuldades precisam ser detectadas rapidamente para que eles sejam apoiados, continuem progredindo e não desenvolvam bloqueios.

Também, a professora “C” da creche, em sua resposta, respondeu que “não é fácil avaliar, seja em qualquer etapa de ensino, na educação infantil não é diferente.” Nos dando a entender uma certa dificuldade, que grande parte dos professores têm nessa fase da criança, devido ao fato de que nessa faixa etária, a criança ainda está se desenvolvendo e apropriando-

se do processo de construção do seu conhecimento. Nesse contexto, o professor precisa descobrir o que de fato ele está avaliando e qual o papel dele nesse processo para não cometer equívocos a partir desta prática. Pois a criança precisa de atividades que desenvolvam suas habilidades e competências, adquirindo uma melhor forma de desenvolver suas dimensões biológicas, psicológicas e sócio - afetivas.

Na segunda questão, elaboramos a seguinte indagação: o que de fato você entende por avaliação. Pedimos para as professoras escreverem com suas palavras o seu devido entendimento sobre o tema.

A professora “A” respondeu que “avaliar é uma maneira de mediar as capacidades intelectuais das crianças”. A professora “B” respondeu que “avaliação é um instrumento que possibilita a análise do nível de desenvolvimento e aprendizagem”. A professora “C” respondeu que “a avaliação norteia na assimilação dos conteúdos sendo contínuo”. A professora “D” respondeu que “avaliação deve nortear os caminhos do processo de aprendizagem das crianças”. Já professora “E” respondeu que “avaliar consiste em verificar se ocorreram mudanças esperadas no ensino, se os objetivos foram alcançados” e a professora “I” respondeu que “avaliar é ter um olhar observador em todo o processo de aprendizado e desenvolvimento do ser humano”.

Todas essas respostas apesar de apresentarem uma perspectiva importante da avaliação educacional, sobretudo, a avaliação processual não conseguem traduzir as especificidades da avaliação na educação infantil. Que tem uma dimensão mais específica do observar, acompanhar e mediar os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças tem em vista o desenvolvimento biopsicossocial da criança.

No caso das professoras “F”, “G”, e “H”, acontecem uma menção às crianças como pode ver em: “avaliar é acompanhar as crianças no dia a dia”. A professora “G” respondeu que “avaliar é observar as crianças no seu dia a dia, nas várias atividades desenvolvidas, nas brincadeiras, na participação, na criatividade, no movimento e no convívio social”. E a professora “H” respondeu que “avaliação é uma ferramenta que permite alcançar os objetivos e encontrar caminhos para medir a qualidade do aprendizado da criança”.

No entanto, a resposta das professoras “F”, “G” deixou-nos uma certa confusão, ao responder que “avaliar é acompanhar as crianças no dia a dia.” Com essa resposta, nos veio uma indagação: Avalia-se a criança ou o processo de desenvolvimento da criança? Acompanhar em que sentido? Como e por quê?

De acordo com Lei 9.394 de 1996, a atual e Nova LDB, o (RCNEI) de 1998 e as (DCNEI) de 1999 que definem as referências necessárias para pensar os processos educativos,

o currículo, a formação de professor, como também o processo da avaliação na educação infantil, destacam que a avaliação na educação infantil está condicionado ao acompanhamento e mediação dos desenvolvimento integral das crianças e de suas identidades. Contudo, as professoras “F, G”, não nos deixa claro isso em suas respostas.

Ainda na segunda pesquisa, constatamos que, as respostas das professoras B, C, D, E, H, I vão ao encontro do que está na Lei 9.394 de 1996, a atual LDB, o professor precisa ter um olhar observador nos processos educativos da criança, pois a avaliação é um instrumento para verificar como as crianças estão progredindo. Segundo Weisz, (2006):

Tendo mapeado o conhecimento prévio dos alunos, nessa espécie de avaliação inicial, e pondo em prática as situações planejadas para levá-los a avançar, o professor passa a precisar de um outro instrumento para verificar como eles estão progredindo, já que o conhecimento não é construído igualmente, ao mesmo tempo e da mesma forma por todos. Esse instrumento é a avaliação de percurso – formativa ou processual, como muitos a chamam – feita durante o processo de aprendizagem. (2006, p.94)

Contudo, o professor precisa investigar e explorar essas ideias e representações prévias, porque permite saber de onde vai partir a aprendizagem que queremos que aconteça.

Na terceira questão, elaboramos a seguinte indagação: é fácil avaliar na educação infantil? Com essa pergunta, apenas solicitamos as professoras que marcassem sim ou não em suas respostas. Segue o quadro 3 a seguir:

Quadro 03: respostas das professoras (creche e pré-escola)

Professores	Sim	Não
A	X	
B	X	
C		X
D		X
E	X	
F		X
G	X	
H		X
I	X	

Fonte: Elaborado por Cislany Nobres de Almeida Ferré (2019)

Considerando as respostas das professoras C, D, F, H, as mesmas não acham fácil avaliar, com isso, como já foi mencionado anteriormente, dá a entender dificuldades, que grande parte dos professores têm de avaliar nessa faixa etária, que a criança ainda está se

desenvolvendo e apropriando-se do processo de construção do seu conhecimento. Nesse contexto, o professor precisa descobrir o que de fato ele está avaliando e qual o papel dele nesse processo para não cometer equívocos a partir desta prática. Pois a criança precisa de atividades que desenvolvam suas habilidades e competências, adquirindo uma melhor forma de desenvolver suas expectativas.

Ao mesmo tempo a dificuldade deve-se complexidade do processo avaliativas, os problemas de falta formação continuada e em serviço para aperfeiçoamento e aprendizagem durante o serviço.

Weisz (2006) afirma ainda, em sua obra, que quando a escola não assume que o apoio pedagógico é uma responsabilidade sua, os professores e alunos ficam abandonados à própria sorte. Os professores porque nem sempre conseguem encontrar alternativas para garantir a aprendizagem dos seus alunos. E estes, por sua vez, porque não conseguem superar suas dificuldades momentâneas de aprender e acabam se transformando em alunos com dificuldades de aprendizagem. Ou seja, é preciso compreender o processo educacional como um todo, assim também pensar a avaliação da educacional com um processo mais amplo e que envolver toda escola e seus sujeitos.

Na quarta pergunta, elaboramos a seguinte indagação: Como está sendo realizado o processo de avaliar na educação infantil? E quais os instrumentos para avaliar usados na instituição? E obtivemos as seguintes respostas:

Professora “A” respondeu que “o processo de avaliação acontece no desenvolvimento da criança e que os instrumentos usados são as habilidades, linguagem, coordenação motora”.

Professora “B” respondeu que “o processo de avaliação é realizado através de um questionário de habilidades possivelmente alcançados, através dos eixos trabalhados”.

Professora “C” respondeu que “o processo de avaliação acontece através da observação diária, como a participação, o interesse individual e coletivo do aluno”.

Professora “D” respondeu que “o processo de avaliar vem acontecendo através de observação individual e coletivo e no final de cada bimestre através de relatório. Os instrumentos são as fichas avaliativas”.

Professora “E” respondeu que “a observação é o principal instrumento que temos para avaliar o desenvolvimento do aluno”.

Professora “F” respondeu que “o processo de avaliar está acontecendo através das habilidades sugeridas pela Secretaria da Educação”.

Professora “G” respondeu que “o processo de avaliar está ocorrendo de modo contínuo, valorizando todas as conquistas, vivências e descobertas das crianças. Os instrumentos são as observações e os relatórios bimestrais”.

Professora “H” respondeu que “o processo está ocorrendo de forma a considerar o desempenho em todos os aspectos”.

Professora “I” respondeu que “o processo está acontecendo de forma contínua, realizado bimestralmente por fichas avaliativas”.

As respostas das professoras A, H, apresentaram-se de forma confusa e imprecisa. A professora A por exemplo, respondeu que “o processo de avaliação acontece no desenvolvimento da criança”, até aqui tudo bem, mas, e os instrumentos usados? Seriam de fato “as habilidades, linguagem, coordenação motora?” No que se refere ao desenvolvimento da criança, está de acordo, mas no que se trata dos instrumentos para avaliar esse desenvolvimento, não nos deixou claro, pois, está bem claro na Lei 9.394/96, onde o professor pode analisar registros em seus diferentes meios (anotações da professora, fotografias, observação) para conhecer o percurso e seus percalços da criança. Ou talvez a respondente não entendeu a pergunta ou não sabia o conceito de que seria instrumentos e quais os instrumentos usados na avaliação em educação infantil.

Também, a resposta da professora H, não deixa claro como está acontecendo o processo de avaliação, apenas menciona que “o processo está ocorrendo de forma a considerar o desempenho em todos os aspectos.” Essa professora, está considerando todos os aspectos do desempenho, mas, como ele está fazendo isso? Desse modo, o professor precisa ter clareza sobre a aprendizagem, para assim, realizar uma tomada de decisão.

Segundo Weisz ao nortear uma situação de avaliação, o professor precisa ter clareza sobre as diferenças que existem entre situações de aprendizagem e situações de avaliação (2006, p.94). Com isso, já mencionamos que avaliar, diz respeito ao como, a maneira concreta com que a avaliação se dará no cotidiano e que segundo Vasconcellos, (2005) envolvem os rituais, as rotinas, o desdobramento das diretrizes e normas, enfim, as maneiras de fazer e de expressar os resultados da avaliação da aprendizagem.

Na resposta da professora I, destacamos, de acordo com a Lei, existem vários meios de avaliar a criança, e já deixou claro, porém, ele respondeu que “o processo está acontecendo de forma contínua, realizado bimestralmente por fichas avaliativas.” Também coincidiu com a resposta da professora B: respondeu que “o processo de avaliação é realizado através de um questionário de habilidades possivelmente alcançados, através dos eixos trabalhados”. Na verdade, essas respostas estão mais próximas do que se esperava, isso não quer dizer a resposta está certa ou errada, mas ao fato das respostas apresentarem mais detalhes. Mas também, com essas respostas, nos indagamos: Estariam as professoras usando apenas as fichas avaliativas, para analisarem o desenvolvimento das crianças. E os cadernos das

crianças, não seriam um meio de analisar e comparar os resultados obtidos. Quais seriam os outros meios que eles utilizam ou poderiam utilizar.

Já as respostas das professoras C, D, E, G estão, de modo geral, de acordo com o que está na Lei (9.394/96), responderam que “o processo de avaliação acontece através da observação diária, usando o instrumento do relatório bimestral”. Com essa resposta, observamos que ocorreu o uso dos instrumentos, tendo tanto a observação quanto as fichas avaliativas bimestrais, ou seja, esses professores citados acima, não ficaram presos apenas nas fichas avaliativas, como também, tiveram o uso da observação sobre o desempenho para chegarem a uma tomada de decisão e responderem os questionários dos avanços ou não das crianças.

Quando nos referimos a Lei (9.394/96), estamos levando em consideração as respostas dos professores em base nessa Lei, pois ela foi constituída para dar um norte ao trabalho pedagógico dos professores e para as instituições de ensino. Segundo o RCNEI:

Atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabelece determinação para auxiliar o professor no seu trabalho educativo. Os referenciais são concebidos de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. (BRASIL, 1998, v.1, p. 07).

Desse modo, os professores precisam compreender o que de fato está na Literatura e na legislação e assim saber o que avaliar, para quê, como avaliar e como vai fazer para decidir uma melhor forma de melhorar o processo de aprendizagem do seu aluno.

Quanto a quarta questão constatamos que, de modo geral, sobre os processos e instrumentos de avaliação na educação infantil, as respostas, não estiveram muito em acordo com as orientações legais da LDB/1996. Ao artigo 31 da Lei 9.394/96 (LDB). Percebeu-se divergências entre o que está na Lei e o que de fato acontece na prática ao avaliar a criança. Pois, como já escrito anteriormente, os professores têm diversos meios de avaliar a criança, não necessariamente apenas pelas fichas avaliativas bimestrais das suas habilidades e competências.

Nesse contexto, nos indagamos na última questão: na sua visão, qual a preocupação maior: as demandas exigidas pela escola ou as observações dos avanços ou dificuldades dos alunos? Nossa intenção com essa pergunta é de ter uma maior compreensão sobre as demandas exigidas pela instituição, e, se com isso, acabavam ficando por último a avaliação do desenvolvimento da criança.

Diante da pergunta a professora “A” respondeu que “sua maior preocupação é a dificuldade do aluno e não as demandas exigidas pela escola”. A professora “B” respondeu que “tanto as exigências da escola quanto as observações dos avanços ou dificuldades dos alunos tem uma importância para a realização do trabalho docente” e a professora “C” respondeu que “sem dúvidas, as demandas exigidas pela escola (sistema de ensino)”. A professora “D” respondeu que “as demandas exigidas pela escola acabam tirando tempo do corpo docente em relação as observações dos avanços ou dificuldades dos alunos”. A professora “E” respondeu que “a maior preocupação é em relação as observações dos avanços e/ou dificuldades dos alunos”. Já a professora “F” respondeu que “as observações dos avanços dos alunos é a maior preocupação”. A professora “G” respondeu que “a maior preocupação são as dificuldades dos alunos, pois em alguns casos, os problemas são originados fora do ambiente escolar”. A professora “H” respondeu que “a maior preocupação são os avanços ou as dificuldades dos alunos”. A professora “I” respondeu que “a maior preocupação é observar as dificuldades dos alunos”.

Quanto a última pesquisa, constatamos que, de modo geral, sobre qual seria a maior preocupação dos professores: as observações do desenvolvimento da criança ou as demandas exigidas pela instituição, analisamos que existe uma maior preocupação dos entrevistados, no que se refere as observações dos avanços ou dificuldades dos alunos. Essa observação foi-nos ao encontro das respostas das professoras: A, E, F, G, H, I. A Professora “A” por exemplo, respondeu que “sua maior preocupação é a dificuldade do aluno e não as demandas exigidas pela escola”.

Sabemos que na prática, exige-se muita coisa do docente, como a destacar: carga horária, planejamento, atividades, tanto xerocopiadas como práticas, dinâmicas, brincadeiras, organização, conteúdos, ou seja, toda essa parte burocrática é exigido do docente.

De acordo com a “Proposta das Diretrizes e Bases para a formação inicial do professor da educação básica, em cursos de Nível Superior” (Maio, 2000) elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura, conforme citado por Mizukami (2010, p.04) dentre as exigências que se colocam para o papel docente, destacam-se:

- Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos;
- Responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos;
- Assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos;
- Incentivar atividades de enriquecimento curricular;
- Elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares;
- Utilizar novas metodologias, estratégias e materiais de apoio;
- Desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe.

Contudo, o docente, por vezes sem notar, acaba se preocupando com as exigências que são feitas a ele, deixando por último a avaliação na educação infantil. No dia a dia da sala de aula, segundo Mizukami (2010) os professores não executam apenas atividades. Eles pensam sobre o que fazem, sabem, e por quê fazem. Além disso, estão empenhados em fazê-lo da melhor maneira possível.

Nessa perspectiva, as respostas das professoras C, D, por exemplo, responderam que “as demandas exigidas pela escola acabam tirando tempo do corpo docente em relação as observações dos avanços ou dificuldades dos alunos”. O processo de avaliação Segundo Tardif, (2014), força os professores a encontrarem um justo equilíbrio entre essas demandas e as necessidades dos alunos. Com isso, Hoffmann (2000, p. 14) descreve que “Há equívocos e contradições em torno dessa prática educação e avaliação. Os educadores percebem que a ação de educar é diferente da ação de avaliar”.

Com isso, percebemos o quanto o papel do professor nessa fase da criança é muito importante, sendo ele quem faz um juízo dos fatos e valores, descreve um levantamento de informações adquiridas, pelas observações ou julgamento para melhorar o processo de desenvolvimento da criança.

O trabalho docente precisa de total orientação, principalmente em casos que o docente não teve experiência na área, necessitando de acompanhamento sempre que preciso, isso o ajudará realizar um bom trabalho no processo de aprendizagem do aluno.

Weisz (2006) descreve que toda equipe escolar é a base fundamental para o desenvolvimento e acompanhamento do trabalho pedagógico do professor. Coordenação, direção escolar e orientação pedagógica, devem andar juntas para apoiar o docente que, em muitos momentos se encontra solitário nessas experiências determinantes de seu trabalho,

A escola que assume responsabilidade com a aprendizagem de todos, tem obrigação de criar um sistema de apoio para que seus alunos não se percam pelo caminho. Suas dificuldades precisam ser detectadas rapidamente para que eles sejam apoiados, continuem progredindo e não desenvolvam bloqueios. (WEISZ, 2006, p.97)

Na obra “O diálogo entre ensino e a aprendizagem”, a autora descreve que investigar e explorar essas ideias e representações prévias é importante porque permite saber de onde vai partir a aprendizagem que queremos que aconteça. A autora ainda acrescenta que ao montar uma situação de avaliação, o professor precisa ter clareza sobre as diferenças que existem entre situações de aprendizagem e situações de avaliação. Para ela, avaliar a aprendizagem do aluno é também avaliar a intervenção do professor, já que o ensino deve ser planejado em função das aprendizagens conquistadas ou não.

Acrescenta em sua obra, sendo a escola que assume responsabilidade com a aprendizagem de todos, tem a obrigação de criar um sistema de apoio para que esses alunos não se percam pelo caminho. Suas dificuldades precisam ser detectadas rapidamente para que eles sejam apoiados, continuem progredindo e não desenvolvam bloqueios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer na literatura específica observamos que para pensar a avaliação na educação infantil é fundamental compreender como essa etapa da educação se configurou como tal. Compreender como a infância e o ser criança foi sendo pensada historicamente e socialmente e por fim entender qual o papel do atendimento educacional para às crianças de 0 a 5 anos de idade.

Assim, vimos a educação infantil se configurando como um direito da criança, hoje, existem leis que assegura não somente o cuidar e o brincar como também o educar. Para tanto, pensou-se em métodos que garanta a essa criança direitos, e que, a educação infantil passasse a fazer parte da Educação Básica. Desta forma, é de grande importância um profissional capacitado para o atendimento especializado e conhecedor do que rege a lei em torno dessa criança, ou seja, professores preparados para entender o que de fato, irá avaliar, como vai realizar tal avaliação e quais instrumentos precisará para observar o desenvolvimento ou não da criança. Com tudo, a LDB 9394/96 estabelece como critério o perfil de professor formado em curso de Pedagogia ou em formação mínima obtida em nível médio, na modalidade normal.

Aprendemos também que avaliar na educação infantil é um tema ainda pouco discutido nas instituições de educação. Com os estudos bibliográficos, descobrimos que na década de 40 a avaliação educacional surge como atividade científica, contribuindo de forma significativa para a construção do campo avaliação por objetivos.

Após nossos estudos, percebemos que a avaliação é um ato que nos possibilita investigar a qualidade de nossas ações, estando em tudo que fazemos. E no ambiente educacional, avaliar é estar sempre realizando uma reflexão, para melhorar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Para tanto, descobrimos que na educação infantil, não se aplica notas nas atividades e sim, registros do seu desenvolvimento ou não, por meio de acompanhamento e observação, não para punir e nem classificar a criança, mas sim, para o professor acompanhar essa criança pela mediação, sendo este o principal papel do professor.

Foi perceptível durante os estudos, que esse conceito de avaliação como punição foi trazido ao Brasil pelos jesuítas, quando a memorização era o ponto principal no âmbito educacional, e que o professor era visto como o dono do saber. Acabou se tornando um hábito costumeiro e a avaliação nessa perspectiva, não passava de uma verificação dos conteúdos trabalhos.

A avaliação na educação infantil é uma ação de mediação, assim, o que não pode acontecer, do professor classificar “certo” ou “errado” nas atividades das crianças de 0 a 5 anos de idade, pois algumas habilidades nelas ainda estão sendo desenvolvidas, ao avaliar a criança, é preciso respeitar os limites e o potencial da aprendizagem de cada criança.

Observou-se, após os dados coletados, que o processo de avaliação na educação infantil no Município de Tocantinópolis/ TO tem acontecido de forma ainda fragilizada considerando os termos definidos na legislação específica e apontado na literatura da área. Que as professoras que atuam no segmento em geral têm formação mínima adequada para atuarem com crianças de 0 a 5 anos de idade. Contudo, apesar das mesmas possuírem Normal Superior, Magistério, Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação, observamos que, em sua maioria, as respostas não entraram em acordo com o que está na Lei 9.394/96. Apresentaram repostas fragilizadas e confusas.

Esperava-se que, quanto mais tempo naquela área, o profissional tenha mais vivências, conhecimento prático e saberes da prática na avaliação da criança, conseguindo oferecer uma leitura de como compreendem, de como realizam e quais instrumentos utilizam para avaliar a criança na educação infantil. No entanto, percebeu-se que, o que esperávamos, não foi confirmado em nossas pesquisas. Ocorreram divergências entre o que está na lei e o que de fato acontece na prática de algumas professoras entrevistadas ao avaliar a criança. A pesquisa apresentou que as pessoas que estão atuando na área, já a algum tempo, no fundo esperávamos que elas tivessem maior conhecimento, propriedade e realizasse mais adequadamente os processos de avaliação desse seguimento.

Assim, constatamos que não é pelo fato de que, a professora tenha mais tempo na área de atuação, Normal Superior, Magistério, Graduação Plena em Pedagogia e Pós-Graduação que ela esteja conhecendo o que de fato, está na lei e na constituição sobre avaliação da criança pequena. Contudo, é importante observar que o fato da educação infantil ser uma etapa da educação básica muito recente, de que até pouco tempo não se tinha clareza de qual seria o profissional que atuariam com esse segmento, existe uma carência na formação inicial e continuada das professoras da/e para a educação infantil. Além disso, é importante dizer que a avaliação na educação em si é um tema complexo e que ainda precisa de atenção, e quando se trata da avaliação na educação infantil também há muito que se aprender.

Pois, como já escrito anteriormente, os professores têm diversos meios de avaliar a criança, não necessariamente apenas pelas fichas avaliativas bimestrais das suas habilidades e competências, como foi mencionado nas respostas das professoras entrevistadas. Para tanto, alcança-se um dos objetivos deste trabalho, ao qual uma professora precisa compreender na

literatura específica e na legislação o que é avaliação educacional de crianças pequenas. E com as respostas dessas professoras, nos deixa claro, certa confusão dos seus entendimentos com o que está na lei e na legislação.

E assim, ficamos com uma indagação: Por que o que esperávamos não foi confirmado? Pois espera-se que quanto mais tempo naquela profissão a pessoa domine o que de fato está trabalhando. Com isso, é preciso observar pelo menos 2(dois) pontos: 1º- Essas Diretrizes e os Referenciais, sobretudo as Diretrizes de 2009, é algo recente. Apesar desses docentes terem bastante experiências, a própria constituição dessa etapa da constituição, é recente. Desta forma, o fato delas existirem, não significa que as pessoas tenham conhecimento. Existe um processo de implementação e maturação que leva tempo. 2º- Há uma carência de processos de formação continuada, como também, limitações no próprio processo de formação inicial.

Fica claro, do quanto é importante uma orientação pedagógica e formações continuadas, para provocar nessas professoras o entendimento e conhecimento sobre o que de fato estão avaliando. E que este, iniciante ou não, precisa de total apoio pedagógico da instituição para realização desta atividade em particular, que envolve as observações e anotações do desenvolvimento das crianças para registro nas fichas avaliativas e relatórios.

Para tanto, após analisarmos na literatura, sobre o que se é exigido do professor, em particular, da educação infantil, percebemos este ser um dos desafios enfrentados pelas professoras nessa prática docente.

Como pedagogia, essa pesquisa provocou em mim, o desejo ainda maior, de sempre estar atualizando meus conhecimentos pedagógicos e profissionais sobre a avaliação, percebi do quanto é importante conhecer o que está posta na literatura específica e na legislação do que é avaliação educacional de crianças pequenas.

Logo, como professora da educação infantil, esse trabalho me fez sentir mais capaz de mediar as crianças. Me beneficiou na minha fala com os pais dos meus alunos, pois tive mais firmeza do que estava falando. Me fez refletir a melhorar cada vez mais o desenvolvimento ou não das habilidades e competências das crianças. Percebi, o quanto é valioso uma professora bem informada sobre a sua área específica, procurar ir à fundo, conhecer o desenvolvimento da criança, compreender o contexto sobre a infância, enfim, esse trabalho só me trouxe benefícios a não cometer equívocos e contradições em torno do meu trabalho como docente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ordália Alves de. **A Educação Infantil na História: A História na Educação Infantil**. Palestra proferida no 14º Congresso Brasileiro de Educação infantil- OMEP/BR/MS, realizado no Palácio Popular da Cultura, em Campo Grande/MS, nos dias 10 a 13/07/2004.

ANGOTTI, **Educação Infantil**: para quê, para quem e por quê? In: ANGOTTI, Maristela (Org.). Educação Infantil: para quê, para quem e por quê? Campinas, SP: Alínea, 2010. p. 15-32.

ANGOTTI, Maristela. **Desafios da Educação Infantil para atingir a condição de direito e de qualidade no atendimento**. In: ANGOTTI, Maristela (Org.). Educação Infantil; de direito à condição de qualidade de atendimento. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009. p. 131-150.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão Técnicas, 2016. 496 p.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. - Brasília: Senado federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, Brasília, 1998.

CLUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CONCEIÇÃO, José Luis Monteiro da. **Contexto histórico da avaliação escolar**. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/1/contexto-historico-da-avaliacao-escolar>> Acesso em: 04 de Novembro de 2019.

DEMO, Pedro. **Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v17n2/v17n2a07.pdf>> Acesso em: 04 de Novembro de 2019.

DEPRESBITERIS, L. **Avaliação de programas e avaliação da aprendizagem**. In: Educação e seleção, v.19, p.5-32, 1989. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/163.pdf>>. Acesso em: 30 de Setembro de 2019.

DEPRESBITERIS, L. In: Ideias, p.161-172. **Avaliação da Aprendizagem do ponto de vista técnico-científico e filosófico-político, 1990.** Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p161-172_c.pdf>. Acesso em: 30 de Setembro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da idade média à época contemporânea no ocidente/ Colin Heywood; trad. Roberto Cataldo Costa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista/** Jussara Hoffmann – Porto Alegre: Mediação, 2000, 29ª ed. revista. 118p.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce.5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Aprendizagem profissional da docência:** saberes, contextos e práticas/ organizado por Maria da Graça Nicoletti Mizucami, Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali. – São Carlos: Edufiscar, 2010.

MONTEIRO, Tamires Alves; SARAVALI, Eliane Giachetto. **Crenças sobre violência:** um estudo brasileiro a partir do referencial piageniano. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v33n2/v33n2a02.pdf>>. Acesso em: 03 de Novembro de 2019.

PHILIPPE, Ariès. **História social da criança e da família.** pp. 10, 125-30 186 and 395-6 (tradução citada por Ariès, Philippe. História Social da criança e da família, Rio de Janeiro: LTC, 1981. Trad. Dora Flaksman, pp. 17, 98, 124 e 193-194).

SANTOS, Joedson Brito. **O fundeb e a educação infantil /** Joedson Brito dos Santos. – 1. Ed.- Curitiba: Appris, 2015.

STEMMER, Márcia Regina Goulart. **Educação Infantil:** gênese e perspectivas. In: ARCE, Alessandra; JACOMELI, Mara Regina Martins. Entre a (des) escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. p. 5-32.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, 1956 - **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de mudança- por uma práxis transformadora,** 7ª ed. / Celso dos Santos Vasconcellos. – São Paulo: Libertad, 2005.

VIANNA, Heraldo Marelim. Introdução à Avaliação Educacional. São Paulo: IBRASA.1989.
VIGOTSKI, 2007. L.S. Vigotski. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 7ª. ed., Martins Fontes, (2007).

VIGOTSKI, **Desenvolvimento e aprendizagem/** Lev Semenovich Vigotski, Alexander Romanovich Luria, Alex N. Leontiev; tradução de: Maria da Pena Vilalobos. - 12ª edição- São Paulo: Ícone, 2014.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre ensino e a aprendizagem.** 2ª ed. / Telma Weisz. - São Paulo, Ática, 2006.

APÊNDICE

Registro de avaliações conceituais



Turmas:

JARDIM I -

Componente curricular / Campos de Experiências:

selecionados (7) ▾

Alunos:

Conceitos por aluno

Parecer descritivo

Excluir conceitos

Selecione:

1BIM

2BIM

3BIM

4BIM

☰ Carregar planilha de conceitos

Legenda: R : Regular; B : Bom; MB : Muito Bom; O : Ótimo;

Ord.	Habilidades	1BIM
ARTES		
1	-Cria desenhos, pinturas e colagens a partir de seu próprio repertório.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
2	-Aprecia e valoriza suas próprias produções e de outras crianças.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
3	-Realiza observações sobre produções artísticas produzidas individualmente ou em grupo.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
4	-Explora e experimenta suportes para expressar-se artisticamente, como, por exemplo, desenhar sobre papelão, pintar sobre pedras e outros.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
5	-Expressa livremente por meio de desenho, pintura, colagem criando suas produções.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
6	-Demonstra interesse pela apreciação de imagens artísticas, descobrindo linhas, texturas, formas e cores a fim de fazer releituras das mesmas.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
MATEMÁTICA		
7	-Utiliza contagem oral nas brincadeiras e em situações nas quais reconheçam sua necessidade.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
8	-Relaciona números a suas respectivas quantidades.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O



Ord.	Habilidades	1BIM
9	-Identifica o antes e o depois e o entre em uma sequência numérica.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
10	-Demonstra ideias sobre representação de quantidade.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
11	-Conhece e identifica as cores primárias.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
12	-Classifica objetos e brinquedos de acordo com: a cor, textura, a forma e o tamanho.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
13	-Registra as observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
14	-Identifica e nomeia formas geométricas trabalhadas.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
15	-Estabelece relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
16	-Expressa medidas (peso, altura, etc.), construindo gráficos básicos.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
MÚSICA		
17	-Participa de jogos e brincadeiras que envolvam a dança e/ou a improvisação musical.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
18	-Identifica as fontes sonoras (natural ou cultural).	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
19	-Reconhece o som e o silêncio.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
20	-Imita sons ouvidos do contexto escolar e de outros contextos.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
21	-Utiliza sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
22	-Canta e ouvi músicas reconhecendo a qualidade do som (intensidade, a duração, a altura e o timbre).	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
23	-Reconhece as possibilidades expressivas do seu corpo por meio de elementos da dança.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
24	-Explora e reconhece alguns instrumentos musicais.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
IDENTIDADE E AUTONOMIA		

Ord.	Habilidades	1BIM	
25	-Interage e constrói vínculos afetivos com as crianças e os profissionais da instituição.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
26	-Reconhece e identifica as pessoas de seu convívio social pelo nome (colegas, pais e professores).	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
27	-Resolve problemas do cotidiano utilizando o diálogo.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
28	-Valoriza atitudes relacionadas à saúde e ao bem estar individual e coletivo.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
29	-Expressa noções de valores e virtudes (ética, direitos, deveres, cidadania e outros.).	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
30	-Demonstra iniciativa de higienizar dentes e corpo.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
31	-Demonstra cuidado com o material de uso individual e coletivo.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
32	-Respeita e valoriza as regras e os princípios de convívio social.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
33	-Desenvolve o respeito e reconhece a importância da preservação do patrimônio cultural.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
MOVIMENTO			
34	-Pratica modelagem usando diversos materiais, como massinhas e outros.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
35	-Utiliza gestos diversos e ritmo corporal nas situações de interação em brincadeiras, danças, jogos e outros.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
36	-Discrimina e nomeia partes do próprio corpo e do outro.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
37	-Demonstra equilíbrio sobre diferentes objetos, materiais e estruturas.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
38	-Realiza movimentos básicos de pegar, lançar, encaixar, empilhar, etc.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
39	-Adquire noção espacial (direita e esquerda, à frente e atrás, acima e abaixo de si, ou ainda, longe e perto, alto e baixo, longo e curto).	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
40	-Realiza movimentos a partir de comandos verbais.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	

Ord.	Habilidades	1BIM
41	-Participa e valoriza os jogos e brincadeiras populares.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
LINGUAGEM ORAL E ESCRITA		
42	-Participa de situações em que os adultos leem textos de diferentes gêneros, como: adivinhas, histórias infantis, cantigas, contos, trava-língua, rótulos, cartaz e registro de nascimento.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
43	-Identifica os gêneros textuais mais frequentes, recorrendo a estratégias de configuração gráfica do portador e do texto e ilustrações nas páginas.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
44	-Relata suas vivências nas diversas situações de interação presentes no cotidiano.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
45	-Reconhece e apresenta interesse por diferentes gêneros textuais, reproduzindo-os oralmente.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
46	-Ouvi e interpretar histórias infantis, fazendo conto, reconto, dramatizando e ilustrando as mesmas.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
47	-Reconhece e identifica as letras trabalhadas.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
48	-Conhece e experimenta diversos portadores de gêneros textuais.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
49	-Manuseia material impresso, observando e lendo imagens ou textos escritos, ainda que de maneira não convencional.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
50	-Pratica a escrita de próprio punho (do seu próprio nome, de letras e palavras trabalhadas) utilizando o conhecimento de que dispõe sobre o sistema da escrita, utilizando diferentes suportes de escrita.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
51	-Reconhece seu nome em diversas situações do cotidiano, desenvolvendo a escrita do mesmo.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
52	-Produz suas próprias histórias orais e escritas.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
NATUREZA E SOCIEDADE		
53	-Reconhece a importância da família e quais os membros pertence a ela.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
54	-Relata fatos importantes sobre sua história, da sua família e comunidade.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
55	-Conhece a escola, suas dependências e seus profissionais.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O
56	-Percebe diferentes possibilidades para o cuidado de sua saúde.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O



Ord.	Habilidades	1BIM	
57	-Percebe os fenômenos da natureza referente ao tempo (chuvoso, com sol entre nuvens ou ensolarado).	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
58	-Demonstra conhecimento sobre as fontes de informações relacionadas à natureza, seus fenômenos e sua preservação.	<input type="radio"/> R <input checked="" type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	
59	-Conhece, valoriza e participa de manifestações culturais.	<input checked="" type="radio"/> R <input type="radio"/> B <input type="radio"/> MB <input type="radio"/> O	

© Todos os direitos reservados



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

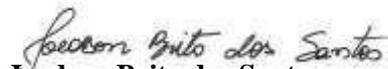
Prezado (a) Sr.(a)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa que aborda sobre “A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS/TO: DETALHES DE UMA PESQUISA” e tem como objetivo principal investigar como tem acontecido o processo de avaliação na Educação Infantil no município de Tocantinópolis/TO. Trata-se de uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, (UFT) Campus de Tocantinópolis.

Você terá liberdade para pedir esclarecimentos sobre qualquer questão, bem como para desistir de participar da pesquisa em qualquer momento que desejar, sem que isto leve você a qualquer penalidade, ou gastos provenientes da realização da pesquisa. Não há menor probabilidade de riscos de sua participação nessa pesquisa, apenas exigirá sua disponibilidade de seu tempo para responder ao questionário a seguir. Asseguramos que os dados de identificação e outros confidenciais serão mantidos em sigilo absoluto de forma a resguardar sua privacidade e integridade moral.

Assim, se está claro para o (a) senhor (a) a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar como voluntário peço que assine este documento.

Meus sinceros agradecimentos por sua colaboração,



Joedson Brito dos Santos

Professor Doutor Orientador da pesquisa e do TCC

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Cislany Nobres de Almeida Ferré

Graduanda, Orientanda e pesquisadora do tema em questão.

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Este formulário foi impresso em duas vias iguais (uma via a ser entregue ao participante).

Eu, _____, RG _____, aceito participar da pesquisa intitulada “A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS/TO: DETALHES DE UMA PESQUISA”. Fui devidamente informado(a) sobre o objetivo da pesquisa e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento sem que me cause qualquer tipo de penalização. Fui informado(a) ainda que meus dados pessoais serão tratados confidencialmente, sem nenhum dano da minha integridade pessoal e moral.

Pesquisa de TCC: “A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLI/TO: DETALHES DE UMA PESQUISA”

QUESTIONÁRIO

1 Identificação e Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

A) Nome:

Sexo: M () F ()

C) Faixa etária

a) Entre 19 e 26;

b) entre 27 e 33;

c) entre 34 e 41;

d) entre 42 e 49;

e) acima de 50

2. Atuação na Educação Infantil

a). Concluiu a graduação? Sim () Não ()

b). Qual a Graduação ou formação? _____

c). Tempo na Educação Infantil? _____ Tempo atua nessa escola _____

d). É concursada na área da educação? Sim () Não ()

Contrato? Sim () Não ()

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Como é avaliar a criança de 0 a 3 anos?
- 2) O que de fato você entende por avaliação?
- 3) É fácil avaliar na educação infantil: () sim () não
- 4) Como está acontecendo (realizando) o processo de avaliar na educação infantil ? e Quais os instrumentos para avaliar, usados na instituição?
- 5) Na sua visão, qual a preocupação maior: As demandas exigidas pela escola ou as observações dos avanços ou dificuldades dos alunos?